

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Negociações Internacionais
Período de Análise: fevereiro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico da Abag
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

Brasil vai à OMC contra Subsídio ao açúcar europeu – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/02/2010	3
‘Melhor acabar com a OMC’ – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia – 11/02/2010	4
Subsídios, o perfume do amor eterno da UE pela agricultura - Assis Moreira – Valor Econômico – agronegócios -12/02/2010	5
Subsídios, o perfume do amor eterno da UE pela agricultura – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 12/02/2010	7
Amorim vê chances de acordo com a UE – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/02/2010	9
Sob pressão de americanos, Doha perde ainda mais força – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/02/2010	10
Brasil ameaça se opor a países ricos em reunião da OCDE – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 23/02/2010	11
OMC,em risco, admite:Doha acabou – Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/02/2010	13
Crise acentua impasse de Copenhague – Daniella Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 25/02/2010.....	14

Brasil vai à OMC contra Subsídio ao açúcar europeu – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/02/2010

O Brasil levou as vendas de açúcar da Europa à Organização Mundial do Comércio (OMC). O Itamaraty, ao lado de Tailândia e Austrália, pediu a inclusão do tema na agenda. A exportação europeia será discutida no dia 18 de fevereiro, em Genebra.

O Brasil denuncia a Europa por exportar açúcar subsidiado ilegalmente, mas a decisão de levar o caso à OMC ainda não significa a abertura de uma disputa jurídica. Por enquanto, o Itamaraty pede explicações aos europeus.

Bruxelas anunciou semana passada que autorizaria seus produtores a exportar 500 mil toneladas adicionais de açúcar em 2010, acima do teto permitido em acordo na OMC.

Produtores europeus alertam que, se o volume não for exportado, simplesmente teriam de estocar por um tempo indeterminado.

Na Bélgica, 10% da colheita está estocada.

O Brasil acredita que a medida é ilegal e quer sua retirada imediata. Há três anos, a UE foi derrotada nos tribunais da OMC depois que o País abriu uma queixa contra os subsídios dados aos produtores de açúcar. A Europa ficou proibida de exportar açúcar subsidiado acima de 1,27 milhão de toneladas.

Agora, com os preços do produto em alta, a União Europeia quer garantir sua parcela de lucro. Bruxelas disse que não se tratava de uma medida constante e que seria uma resposta à “situação excepcional no Mercado mundial de açúcar”.

Segundo representantes dos governos da União Europeia, o consumo está superando a produção mundial, que foi afetada pela queda na safra brasileira em 2009 e por problemas na Índia. A colheita de açúcar dobrou em um ano.

A avaliação do Brasil é que, ao permitir uma exportação acima do teto, a UE viola a determinação da OMC e despeja no mercado uma quantidade importante de açúcar subsidiado.

A UE já tem sua resposta pronta: o açúcar exportado fora da quota não é subsidiado. Mas a avaliação do Brasil é de que não existe açúcar na Europa sem subsídio.

O Brasil não terá um veredito assegurado se o caso for levado aos tribunais. Com os preços recorde do açúcar, é difícil provar que existe subsídio.

O Itamaraty, porém, quer mostrar aos europeus de que não aceitara a violação das regras.

‘Melhor acabar com a OMC’ – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia – 11/02/2010

Qualquer contrarretaliação comercial dos Estados Unidos ao Brasil seria totalmente “ilegal” e, nesse caso, “seria melhor acabar com a Organização Mundial do Comércio”. Medidas contrárias ao interesse brasileiro em outros setores, além de “pouco inteligentes”, seriam “brutais”.

Dessa forma, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, rebateu ontem a hipótese levantada pelo novo embaixador Americano em Brasília, Thomas Shannon, na semana passada.

De acordo com o chanceler, o Brasil ainda está aberto ao diálogo com os EUA, desde que a conversa sem substância dê lugar a uma proposta de corte dos subsídios americanos ao algodão.

“Qualquer ação que se contraponha à retaliação seria totalmente à margem das normas internacionais.

Então, melhor acabar com a OMC”, afirmou, no Itamaraty.

“Nosso objetivo não é criar problema com os EUA ou com outro país quando estamos exercendo um direito que a OMC nos concedeu. Se cada vez que você exerce um direito seu, como cidadão, a pessoa que não gostou daquilo reage, pode não ser uma ação ilegal, mas é brutal”, completou, ao ser questionado sobre eventuais contrarretaliações em setores não-comerciais.

Na última terça-feira, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) reafirmou a decisão de aplicar retaliação na ordem de US\$ 830 milhões contra os EUA. A adoção de um total de US\$ 830 milhões em sanções foi autorizada pela OMC depois da condenação dos subsídios concedidos pelo governo americano aos seus produtores e exportadores de algodão. A controvérsia aberta pelo Brasil se estendeu por sete anos – período no qual os Estados Unidos jamais concordaram em cortar essas subvenções, conforme reiterou Amorim ontem.

Até o momento, as autoridades americanas não deram nenhum outro sinal de que contrarretaliações seriam adotadas. Nos 15 anos da OMC, nunca houve um caso de aplicação de medidas contrárias aos interesses de um país que conseguiu o direito retaliar. Mas há, de fato, várias iniciativas que podem ser impostas pelo governo Americano contra o Brasil, com inevitável prejuízo das relações bilaterais e da credibilidade da OMC. Uma das iniciativas seria a abertura de uma controvérsia na OMC contra uma medida ou política brasileira relacionada ao comércio. Durante anos, os EUA reclamam da pirataria de seus produtos informáticos e do setor de entretenimento no Brasil como um caso de má aplicação da legislação nacional de propriedade intelectual. Uma eventual vitória nesse caso poderia levar a um acerto mútuo para, na prática, anular a retaliação de lado a lado.

Subsídios, o perfume do amor eterno da UE pela agricultura - Assis Moreira – Valor Econômico – agronegócios -12/02/2010

"Agriculture, je t'aime". A declaração de amor à agricultura está estampada em um grande cartaz no prédio da direção-geral da União Europeia (UE) para Agricultura, responsável pela gestão do mais generoso sistema de subsídios no mundo. A UE dá € 50 bilhões (cerca de US\$ 70 bilhões) por ano para o setor, ou seja, metade do orçamento europeu é destinado ao campo.

Este ano, a agenda da União Europeia será amplamente dominada pela reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e como o sistema de subsídios será financiado após 2013. O resultado do debate definirá o futuro da agricultura europeia nas próximas décadas. E a garantia de amor eterno propagada no prédio da UE parece destinada a acalmar os produtores de que pouco - ou nada - vai mudar.

Em Bruxelas, todos falam em reforma necessária, mas a resistência em baixar os subsídios é cada vez mais forte. Ainda mais após a entrada de um novo ator no jogo com o Tratado de Lisboa: o Parlamento Europeu, antes um simples observador na discussão, agora terá o mesmo poder que os governos nacionais nas decisões.

"Agora temos poder e vamos exercê-lo", disse em entrevista ao **Valor** o presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, o deputado e ex-ministro italiano da Agricultura, Paolo de Castro. "Reforma da PAC não significa menos subsídios", avisa. Em sua visão, "reforma significa mostrar claramente à opinião pública que a subvenção não é apenas para os agricultores, mas para proteger bens públicos como segurança alimentar, qualidade dos alimentos e proteção ambiental".

O novo comissário de Agricultura da UE, o romeno Dacian Ciolos, 40 anos, considerado o "segundo homem da França" no executivo europeu por sua afinidade com a cultura e interesses franceses, engajou-se a lutar para o orçamento não ser alterado. O que ele quer é igualar os benefícios também para os agricultores de membros do Leste Europeu.

Na quinta-feira, seu segundo dia no cargo, Ciolos recebeu a poderosa confederação Copa-Cogeca e sua mensagem para que as "restituições" - leia-se subsídios - sejam preservados. Pdraig Walche, presidente da Copa, reclamou que a renda dos agricultores europeus caiu 12,2%, em média, em 2009, e disse que "é mais importante do que nunca preservar a estabilidade dos mercados". Ciolos, que agora ganhará € 260 mil por ano, concordou.

Ao se despedir de Bruxelas, a ex-comissária agrícola Marian Fischer Boel admitiu que será ainda mais complicado fazer reformas em um cenário de crise econômica. Liberalização agrícola por meio de acordo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), parece algo distante visto de Bruxelas.

Em 2009, agricultores de França, Bélgica, Grécia e outros países bloquearam ruas e conseguiram de volta ajuda para leite. Recentemente, também foram autorizados a exportar mais 500 mil toneladas de açúcar, levando o Brasil a prever uma discussão difícil na próxima semana na OMC.

Nos 27 países-membros da UE, uma família de quatro pessoas paga por ano o equivalente a 400 para financiar o nababesco sistema de subvenção agrícola. Um dos beneficiados é um produtor italiano, que recebe US\$ 180 milhões ao ano. E ele está

bem acompanhando: a rainha da Inglaterra e o príncipe de Mônaco também obtêm ajuda de Bruxelas para suas propriedades rurais.

Na entrevista ao **Valor**, o presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu defendeu o orçamento. Seu argumento é que os € 50 bilhões dados pela UE para a agricultura representam só a metade dos US\$ 125 bilhões (€ 99,5 bilhões) concedidos pelos EUA a seus agricultores. Em suas contas, a ajuda na Europa representa 0,5% do PIB comunitário; nos EUA, equivale a 1,5%.

"Pior ainda, os EUA continuam exportando com subsídios disfarçados, enquanto a Europa cortou muito essa ajuda para exportação e o dinheiro está em boa parte indo pela 'caixa verde' [jargão que significa subsídio que não distorce o comércio internacional]", acrescentou.

Paolo de Castro crê que o Parlamento Europeu terá o mesmo poder que o Congresso dos EUA na definição de políticas comerciais e agrícola. E como os EUA também começarão a discutir a "Farm Bill" (lei agrícola) para 2012, ele quer fazer pela primeira vez uma grande articulação com os americanos, em setembro ou outubro em Washington.

"Europeus e americanos têm em comum a questão do timing de suas reformas [Farm Bill em 2012, nova PAC em 2013] e a preocupação em estabilizar os preços agrícolas. E querem discutir não só a questão da qualidade, mas também da quantidade dos alimentos", afirmou. Na reforma da PAC, vários países liberais, como Grã-Bretanha e os nórdicos, vão insistir na redução do pacote de subvenções. A luta será grande com países como a França, um dos maiores beneficiários do sistema de ajuda a agricultores.

Em contrapartida, parece haver consenso para a Europa elevar as exigências nos padrões dos produtos agrícolas importados. "É uma questão de reciprocidade", disse Castro. "Vamos fazer o que os americanos fazem há 20 anos: não queremos fechar a fronteira, mas os exportadores para nossos mercados precisam dar as mesmas garantias e padrões dadas pelos nossos agricultores".

Os requerimentos técnicos de Bruxelas não cessam, aumentando a fatura de quem quer exportar para a UE. Como não consegue parar exportações competitivas como as brasileiras através de tarifas na fronteira, tenta freá-las por exigências sanitárias, por exemplo. Mas para o presidente da Comissão Agrícola, "grande amigo do Brasil", a verdade é "que há Estados no país que não têm o mesmo padrão de qualidade. Santa Catarina é conhecido por seu alto nível, e não é o caso de todos".

Mas, na entrevista, Paolo de Castro focou sua atenção na China. "Os chineses não seguem nenhuma regra, direitos humanos, segurança alimentar", disse. É verdade que Pequim tem uma enorme demanda e é importador líquido de alimentos. Mas também exporta. "Vamos ter cada vez mais problemas com tomate, mel, alho, frutas e vegetais chineses", prevê o deputado italiano.

Subsídios, o perfume do amor eterno da UE pela agricultura – Assis Moreira –
Valor Econômico – Agronegócios – 12/02/2010

"Agriculture, je t'aime". A declaração de amor à agricultura está estampada em um grande cartaz no prédio da direção-geral da União Europeia (UE) para Agricultura, responsável pela gestão do mais generoso sistema de subsídios no mundo. A UE dá € 50 bilhões (cerca de US\$ 70 bilhões) por ano para o setor, ou seja, metade do orçamento europeu é destinado ao campo.

Este ano, a agenda da União Europeia será amplamente dominada pela reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e como o sistema de subsídios será financiado após 2013. O resultado do debate definirá o futuro da agricultura europeia nas próximas décadas. E a garantia de amor eterno propagada no prédio da UE parece destinada a acalmar os produtores de que pouco - ou nada - vai mudar.

Em Bruxelas, todos falam em reforma necessária, mas a resistência em baixar os subsídios é cada vez mais forte. Ainda mais após a entrada de um novo ator no jogo com o Tratado de Lisboa: o Parlamento Europeu, antes um simples observador na discussão, agora terá o mesmo poder que os governos nacionais nas decisões.

"Agora temos poder e vamos exercê-lo", disse em entrevista ao **Valor** o presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, o deputado e ex-ministro italiano da Agricultura, Paolo de Castro. "Reforma da PAC não significa menos subsídios", avisa. Em sua visão, "reforma significa mostrar claramente à opinião pública que a subvenção não é apenas para os agricultores, mas para proteger bens públicos como segurança alimentar, qualidade dos alimentos e proteção ambiental".

O novo comissário de Agricultura da UE, o romeno Dacian Ciolos, 40 anos, considerado o "segundo homem da França" no executivo europeu por sua afinidade com a cultura e interesses franceses, engajou-se a lutar para o orçamento não ser alterado. O que ele quer é igualar os benefícios também para os agricultores de membros do Leste Europeu.

Na quinta-feira, seu segundo dia no cargo, Ciolos recebeu a poderosa confederação Copa-Cogeca e sua mensagem para que as "restituições" - leia-se subsídios - sejam preservados. Pdraig Walche, presidente da Copa, reclamou que a renda dos agricultores europeus caiu 12,2%, em média, em 2009, e disse que "é mais importante do que nunca preservar a estabilidade dos mercados". Ciolos, que agora ganhará € 260 mil por ano, concordou.

Ao se despedir de Bruxelas, a ex-comissária agrícola Marian Fischer Boel admitiu que será ainda mais complicado fazer reformas em um cenário de crise econômica. Liberalização agrícola por meio de acordo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), parece algo distante visto de Bruxelas.

Em 2009, agricultores de França, Bélgica, Grécia e outros países bloquearam ruas e conseguiram de volta ajuda para leite. Recentemente, também foram autorizados a exportar mais 500 mil toneladas de açúcar, levando o Brasil a prever uma discussão difícil na próxima semana na OMC.

Nos 27 países-membros da UE, uma família de quatro pessoas paga por ano o equivalente a 400 para financiar o nababesco sistema de subvenção agrícola. Um dos beneficiados é um produtor italiano, que recebe US\$ 180 milhões ao ano. E ele está bem acompanhando: a rainha da Inglaterra e o príncipe de Mônaco também obtêm ajuda de Bruxelas para suas propriedades rurais.

Na entrevista ao **Valor**, o presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu defendeu o orçamento. Seu argumento é que os € 50 bilhões dados pela UE para a agricultura representam só a metade dos US\$ 125 bilhões (€ 99,5 bilhões) concedidos pelos EUA a seus agricultores. Em suas contas, a ajuda na Europa representa 0,5% do PIB comunitário; nos EUA, equivale a 1,5%.

"Pior ainda, os EUA continuam exportando com subsídios disfarçados, enquanto a Europa cortou muito essa ajuda para exportação e o dinheiro está em boa parte indo pela 'caixa verde' [jargão que significa subsídio que não distorce o comércio internacional]", acrescentou.

Paolo de Castro crê que o Parlamento Europeu terá o mesmo poder que o Congresso dos EUA na definição de políticas comerciais e agrícola. E como os EUA também começarão a discutir a "Farm Bill" (lei agrícola) para 2012, ele quer fazer pela primeira vez uma grande articulação com os americanos, em setembro ou outubro em Washington.

"Europeus e americanos têm em comum a questão do timing de suas reformas [Farm Bill em 2012, nova PAC em 2013] e a preocupação em estabilizar os preços agrícolas. E querem discutir não só a questão da qualidade, mas também da quantidade dos alimentos", afirmou. Na reforma da PAC, vários países liberais, como Grã-Bretanha e os nórdicos, vão insistir na redução do pacote de subvenções. A luta será grande com países como a França, um dos maiores beneficiários do sistema de ajuda a agricultores.

Em contrapartida, parece haver consenso para a Europa elevar as exigências nos padrões dos produtos agrícolas importados. "É uma questão de reciprocidade", disse Castro. "Vamos fazer o que os americanos fazem há 20 anos: não queremos fechar a fronteira, mas os exportadores para nossos mercados precisam dar as mesmas garantias e padrões dadas pelos nossos agricultores".

Os requerimentos técnicos de Bruxelas não cessam, aumentando a fatura de quem quer exportar para a UE. Como não consegue parar exportações competitivas como as brasileiras através de tarifas na fronteira, tenta freá-las por exigências sanitárias, por exemplo. Mas para o presidente da Comissão Agrícola, "grande amigo do Brasil", a verdade é "que há Estados no país que não têm o mesmo padrão de qualidade. Santa Catarina é conhecido por seu alto nível, e não é o caso de todos".

Mas, na entrevista, Paolo de Castro focou sua atenção na China. "Os chineses não seguem nenhuma regra, direitos humanos, segurança alimentar", disse. É verdade que Pequim tem uma enorme demanda e é importador líquido de alimentos. Mas também exporta. "Vamos ter cada vez mais problemas com tomate, mel, alho, frutas e vegetais chineses", prevê o deputado italiano.

Amorim vê chances de acordo com a UE – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/02/2010

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, se mostrou ontem convencido de que a União Europeia (UE) e o Mercosul poderão assinar um acordo comercial, embora não definitivo, na cúpula UE-América Latina, em maio, em Madri.

“Acho que podemos, de fato, ter um acordo que possa ser assinado, que não seja simplesmente uma declaração política, na ocasião da reunião de Madri”, disse Amorim, após reunião ministerial entre UE e Brasil, na capital espanhola.

“Acho que é possível. Não sei se será o acordo final”, ressaltou o chanceler. Para ele, “há uma possibilidade muito concreta de avançar no acordo Mercosul-UE”. “Os últimos contatos foram positivos”, acrescentou Amorim, para quem o “grande desafio” é conseguir “um acordo ambicioso”.

O chanceler fez as declarações ao lado de Katherine Ashton, Alta Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da UE, e a Miguel Ángel Moratinos, ministro de Exteriores da Espanha, país que neste semestre exerce a Presidência rotativa da UE.

O relançamento das negociações para um acordo comercial entre o bloco europeu e o Mercosul foi um dos principais assuntos tratados.

O diálogo para fechar o acordo foram paralisadas em 2004 por divergências em algumas áreas, principalmente na agrícola, mas o governo espanhol faz esforços para impulsionar novamente o processo.

Amorim admitiu que “é uma negociação talvez mais complexa que outras passadas com outros países latino-americanos, porque os países do Mercosul também são grandes litigantes em matéria de agricultura, um tema delicado para a UE”.

Segundo o ministro, os membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e a Venezuela em processo de adesão) “são também países relativamente de alto grau de industrialização, o que põe também desafios especiais”.

“Mas os avanços nas conversas e a grande disposição política da Presidência europeia e da Presidência do Mercosul, exercida pela Argentina, nos dão a segurança de que é realmente possível avançar.” Do lado europeu, Ashton declarou-se “satisfeita com os progressos” nas negociações e ressaltou que “a relação entre a UE e o Brasil é uma das mais importantes e dinâmicas”.

Como anfitrião da reunião, Moratinos expressou “grande satisfação” perante “o que será uma boa relação Mercosul-UE graças ao papel e à liderança que o Brasil representa”. Ela ressaltou a “grande ambição” da Presidência espanhola da UE em “reforçar as relações” com a América Latina e com “atores globais” como o Brasil.

Os ministros analisaram também a crise gerada pelo programa nuclear do Irã, e Ashton reconheceu que o Brasil, “como potência global”, tem um “papel-chave” na resolução do caso. Também foram negociados outros assuntos, como a situação do governo hondurenho de Porfirio Lobo, que o Brasil continua sem

reconhecer; a reconstrução do Haiti após o terremoto e a ameaçada mudança climática.

Bruxelas considera o Brasil um parceiro estratégico por sua condição de potência emergente. Além disso, a União Europeia é o maior parceiro comercial do Brasil e o maior investidor no país sul-americano

Sob pressão de americanos, Doha perde ainda mais força – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/02/2010

A Organização Mundial do Comércio (OMC) cancelou sua reunião ministerial marcada para março e governos já admitem que a conclusão da Rodada Doha ficará para 2011.

Depois de nove anos de negociações e centenas de reuniões, governos não sabem o que fazer com o processo, que promete gerar bilhões de dólares em abertura de mercados e redução da pobreza. A China e alguns países africanos, já sugerem uma mudança no formato das negociações.

Ainda não auge da crise econômica, o G-20 decidiu colocar a Rodada Doha como um dos pilares da retomada e da reforma do sistema multilateral. Parte da inclusão ocorreu por insistência do governo brasileiro e a meta era concluir a negociação até o fim de 2010.

Os negociadores estariam comprometidos em superar suas diferenças. Estados Unidos e Europa fariam concessões no setor agrícola e os países emergentes considerariam a abertura de seus mercados para bens industriais.

Mas ontem uma reunião Na OMC deixou claro que o projeto não tem apoio político. “Estamos encalhados e as diferenças entre os governos são maiores hoje do que no passado”, disse Fernando de Mateu, embaixador do México na OMC. “Não há uma negociação real há quase dois anos e estamos à beira do abismo”, afirmou um delegado do Egito, em nome de todos os países presentes.

Para muitos, a culpa pelo fracasso é do governo americano.

Washington pressiona Brasil, China e Índia por aberturas significativas de seus mercados, mas não diz o que está disposto a oferecer em troca. Diante do impasse, o acordo era de que, em março, ministros se reuniriam para determinar o que fazer com a rodada. Agora, a opção foi cancelar a viagem dos ministros. Apenas embaixadores tentaram um acordo.

Fontes confirmaram ao **Estado** que o cancelamento da participação dos ministros foi exigência do governo Barack Obama. “Será muito difícil fechar alguma coisa em 2010”, disse Ujal Bhatia, embaixador da Índia em Genebra.

Até sempre otimista Pascal Lamy, diretor da OMC, mudou de tom. Para ele, a decisão de concluir o processo em 2010 “pertence aos ministros”. “Neste momento, não temos clareza do tamanho das diferenças”, disse.

Isso, segundo diplomatas, depois de nove anos de reuniões diárias.

No edifício esvaziado da OMC, as negociações não têm sido marcadas por frustração e confusão com o processo. Politicamente, ninguém poderia matar o projeto. Mas, ao mesmo tempo, a manutenção de uma negociação por quase dez anos sem resultados está minando a credibilidade do sistema multilateral.

“Não há uma clareza de qual deve ser o caminho a partir de agora”, disse um diplomata europeu.

Umadaspropostasquecome? a ganhar for? ?que a rodada seja desmembrada e se feche acordomas quest?s de consenso.

Essa ?a ideia da China e pa?es africanos, que queremveralgumresultadoainda neste ano.

Para os pa?es mais pobres, a meta ?conseguir abriromercadodosricospara seus produtos.

Brasil ameaça se opor a países ricos em reunião da OCDE – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 23/02/2010

O Brasil ameaça não endossar as conclusões de uma reunião de ministros de Agricultura na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Economico (OCDE) que ocorrerá na quinta e na sexta-feira em Paris, o que certamente abrirá um confronto com países ricos. O que está em jogo é como a produção de alimentos - e as políticas nacionais e internacionais que a regem - terão de se adaptar a novos desafios.

O Brasil, que faz parte de vários comitês na OCDE, reclama que a entidade está direcionando demasiadamente a discussão para mitigação e adaptação do clima na área agrícola, enquanto persistem obstáculos históricos que freiam o desenvolvimento do setor em países em desenvolvimento. Brasília considera que os ricos estão colocando o carro na frente dos bois. E que, primeiro, a comunidade internacional deve negociar um acordo global de combate às mudanças climáticas para depois tratar dos casos de cada setor. Até porque o industrial, com peso nos países ricos, é mais importante para atenuar o aquecimento do planeta.

A OCDE dá ênfase à agricultura como responsável por uma "parte significativa" das emissões de gases de efeito estufa e diz que o setor será "inevitavelmente" chamado a contribuir nos esforços de mitigação. Estima que os emergentes e outros países em desenvolvimento deverão ser os principais fornecedores da produção de alimentos, mas alerta para os riscos ambientais da abertura de novas fronteiras agrícolas.

Em duras negociações preliminares em Paris, os brasileiros apontaram uma série de "equivocos" nos documentos preparatórios e conseguiram incluir questões sobre produção de bioetanol, necessidade de derrubada de bilionários subsídios agrícolas e importância da liberalização do comércio mundial. Também no confronto com os europeus, questionaram a multiplicação de padrões privados, pelos quais supermercados impõem mais exigências para importar com base em supostas preferências do consumidor.

A briga diplomática agora é sobre o comunicado final, que tende a balizar iniciativas dos governos. O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Edílson Guimarães, vai a Paris com a orientação de recusar apoio ao documento, se não houver mudanças. O **Valor** teve acesso ao esboço do documento-base da OCDE que será discutido pelos ministros. O texto de nove páginas diz que a pressão sobre os recursos naturais está aumentando e que a agricultura deve competir

com outros setores da economia por terra boa, fornecimentos de água, minérios e energia. E atribui essa pressão essencialmente ao aumento da população e da renda, à industrialização, à urbanização e a outros fatores que, juntos, causam mais poluição e exploração insustentável dos recursos naturais, segundo o documento.

Conforme a OCDE, terras aráveis adicionais estão disponíveis sobretudo na América do Sul e na África subsaariana, mas que boa parte é protegida ou perto de áreas urbanas. E que "colocar significativas novas áreas de terra em produção tem uma ampla variedade de implicações sociais, consequências ambientais e sobre os recursos naturais, incluindo desmatamento e degradação da floresta em países em desenvolvimento, que é um tema importante nas negociações do clima".

O documento aponta a escassez de água como particularmente preocupante, e mostra que a agricultura usa 70% da água fresca - 45% nos países da OCDE, os ricos, segundo a entidade. Estima que 36 países com população combinada de 1,4 bilhão de pessoas vão encarar escassez de terras aráveis ou de água fresca por volta de 2025.

Os ministros vão se reunir na capital francesa uma semana depois de a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) ter proposto uma taxa ambiental sobre a pecuária, para compensar estragos ambientais causados na produção de carnes, a começar pela emissão de metano pelos rebanhos. E essa proposta encontra eco também na OCDE.

A entidade dos países ricos sugere que os governos adotem "incentivos corretos" para a agricultura, para que produtores e consumidores decidam com base "no verdadeiro custo e nos benefícios associados ao uso de recursos escassos". Defende um equilíbrio entre intervenções governamentais e soluções de mercado para tratar da mudança climática e recursos naturais escassos. Como a FAO, a OCDE também defende que "os preços de terra, água, energia e outros recursos precisam melhor refletir todos os custos e benefícios, embora seja extremamente difícil estimar esses valores". Onde os governos "baixaram ou aumentaram artificialmente ou preços desses recursos, o desalinhamento pode precisar correções", afirma a OCDE.

A entidade alerta que o impacto da crescente demanda por alimentos e óleos não deve ser subestimado. Prevê que o longo declínio nos preços reais das commodities agrícolas está diminuindo e pode se reverter. E considera "altamente desejável permitir as forças básicas do mercado para estimular as respostas dos fornecedores". Acha que o consumo em países ricos já atingiu ou está além dos níveis de saturação em termos de calorias, enquanto a demanda de alimentos cresce rapidamente em vários países em desenvolvimento. Isso vai continuar, mas a OCDE julga que haverá mudanças em direção a outros tipos de dietas.

O documento ministerial considera que o combate a mudança climática trás também oportunidades para a agricultura, como a adoção de tecnologias. E que mais investimentos na agricultura dos países em desenvolvimento podem beneficiar muitas das mais de 1 bilhão de pessoas mal nutridas no mundo.

OMC, em risco, admite: Doha acabou – Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/02/2010

A Organização Mundial do Comércio (OMC) admitiu pela primeira vez. Não há como continuar as negociações da Rodada Doha, que se arrastam há nove anos sem resultado. Por isso, a OMC cancelou reunião ministerial marcada para março.

A existência da OMC como órgão regulador do comércio internacional está em jogo. Pode limitar-se a resolver disputas.

A organização está em credibilidade e vários países importantes já artiram para acordos bilaterais. Só o Brasil, não. Nosso chanceler, Celso Amorim, fez incondicional de Doha, continuando que um acordo multilateral ainda é possível. Agora, para 2011. Ninguém acredita, apenas ele. Até o presidente já deixou de lado essa história para evitar mais desgastes.

É A RETIRADA

A Austrália ontem anunciou que estava retomando a negociação para um acordo com a China, parado há 14 meses. O Mercosul também promete voltar a negociar com a União Europeia em maio, uma história em que Brasília insiste em alimentar.

OBAMA SAIU DESSA

O presidente Barack Obama que praticamente abandonou Doha quando assumiu há um ano, prometendo dobrar as exportações, mas por meio de acordos bilaterais.

Para ser uma ideia de abandono em Genebra, o governo dos Estados Unidos nem tem embaixador para a OMC. Há um ano, Obama tenta convencer o Congresso a aprovar seu novo representante, mas não faz mal. Não é assunto prioritário. Se a Casa Branca não consegue nem enviar embaixador, a perspectiva de negociar internamente um liberalização fica ainda mais distante.

O fim de Doha e o da OMC, como órgão regulador do comércio multilateral, pode ser um atraso, mas é a realidade que os EUA e a Europa, com muitos acordos já fechados. Obama quer uma “diplomacia de resultados”. Igualzinha à nossa, que só trouxe fracasso. Se ganharmos importância no cenário internacional foi por causa do grande efeito da política econômica. O Itamaraty não ajudou nada. Só atrapalhou.

Os sinais de retirada ganham força a cada dia. A atenção está deixando as autoridades na OMC preocupadas. Seu diretor geral, Pascal Lamy, teme que a crise gere uma proliferação de acordos bilaterais discriminatórios.

O sistema multilateral caminha para ser substituído por uma teia de acordos.

Alguns países, como China e o México, querem que se fatie Doha, aprovando os assuntos mais fáceis agora e deixando o resto para o Deus dar. No congelador.

OS POBRES QUEREM

Para os países mais pobres, a OMC deveria tentar abrir alguns mercados nos países ricos, mudando o formato de Doha, sem esperar pelas delicadas negociações entre China, Brasil, Estados Unidos, Índia e Europa. Nem isso dá. A ideia morreu e nasceu de novo, mesmo que ainda falemos dela.

Legalmente, a Rodada Doha estipula que um acordo apenas poderia ser concluído se todos os aspectos das negociações fossem alvo de um consenso.

Consenso que não existiu desde o início. Politicamente, ninguém poderia matar o projeto da rodada, já que significaria um alto custo diplomático.

Mas, ao mesmo tempo, a manutenção de uma negociação por quase dez anos sem resultados está minando a credibilidade do sistema multilateral.

TUDO ÀS MOSCAS EM GENEBRA

A falta de representação da maior economia mundial
?sintomadacrisedecredibilidadee relev?cia que vive a entidade.

Nesta semana, a OMC cancelou sua reunião ministerial marcada para março e governos já admitem que a conclusão da Rodada Doha ficaria para, na melhor das hipóteses, 2011. Depois de nove anos de negociações e centenas de reuniões, governos não sabem o que fazer com o processo que prometida gerar bilhões de dólares em abertura de mercados e redução da pobreza. Ainda no auge da crise econômica, o G-20 decidiu colocar Doha como um dos pilares da retomada e da reforma do sistema multilateral. Parte da inclusão ocorreu por insistência do governo brasileiro e a meta era a de concluir a negociação até o fim de 2010. Os negociadores estariam comprometidos a superar suas diferenças.

De um lado, EUA e Europa fariam concessões no setor agrícola. De outro, países emergentes considerariam abertura em seus mercados para bens industriais. Mas nada disso vai ocorrer.

Para muitos, a culpa pelo fracasso do governo americano.

Washington pressionou Brasil, China e outros países a abrir mercados significativos de seus mercados, mas não diz o que está disposto a oferecer em troca. Diante do impasse, o acordo era de que, em março, ministros se reuniriam para determinar o que fazer com a Rodada.

Agora, a opção foi por cancelar a viagem dos ministros e ser apenas embaixadores que tentarão chegar a um entendimento.

Fontes confirmaram ao **Estado** que o cancelamento da participação dos ministros foi uma exigência da administração de Barack Obama. Será que não há em ministros, nem embaixadores.

Não há ninguém com autoridade para negociar o que até agora foi inegociável.

Doha morreu. Vamos esperar que a OMC, de alguma forma, sobreviva.

Crise acentua impasse de Copenhague – Daniella Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 25/02/2010

O executivo de sotaque francês perguntou sem constrangimento: "Com as notícias diárias que a Europa está passando por problemas financeiros e que os Estados Unidos também têm dificuldades, vocês não acham irrealista a estratégia de sempre, de pedir dinheiro para o mundo em desenvolvimento?". O interlocutor brasileiro, um dos negociadores mais experientes do país no regime climático, não piscou: "Irrealista por quê?". José Domingues Miguez, coordenador-geral de mudanças do clima do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), prosseguiu: "Este é só um ponto de vista, o dos europeus". O diálogo, que ocorreu ontem durante um seminário em São Paulo, ilustra que a negociação internacional por um acordo climático recomeça este ano exatamente no mesmo impasse da conferência de Copenhague - com os conflitos Norte-Sul explicitados.

A temporada do circuito do clima reabre em 9 de abril, provavelmente em Bonn, com uma reunião dos dois trilhos de negociação - o dos países com metas no Protocolo de Kyoto e o dos países que não têm metas mas assinam a convenção do clima. Se a notícia rompe a paralisação que sucedeu à CoP-15, a pauta não é exatamente excitante: marcar os próximos encontros e ver como o circo climático continua para chegar a Bonn, em junho, mais azeitado, e terminar o ano em Cancún, no México, na CoP-16.

Isso sem falar nas reuniões paralelas - o grupo dos Basic, que reúne China, Brasil, Índia e África do Sul já se encontrou em Nova Déli, em janeiro, e tem outra reunião em abril, na Cidade do Cabo. Negociadores japoneses encontram brasileiros nos próximos dias. Em março e maio, França e Noruega chamam reuniões sobre Redd (o mecanismo ainda não implementado sobre a redução de emissões de gases-estufa por desmatamento), mas com debates e projetos a todo vapor. E a reunião em Cochabamba, na Bolívia, puxada por um dos países que rejeitaram o fraco Acordo de Copenhague na plenária das últimas horas da CoP-15, parece concorrida: os bolivianos dizem esperar sete mil pessoas.

"Porque não é realista? O irmão do Norte imprime dinheiro quando precisa", continuou Miguez, questionado durante seminário sobre oportunidades e desafios do mercado de carbono no pós-CoP-15, promovido por várias empresas do setor e pela BM&FBovespa. Miguez, que também é da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, das Nações Unidas, prosseguiu lembrando os US\$ 700 bilhões que surgiram para dar solvência aos bancos, durante a crise financeira mundial, e que o Acordo de Copenhague prevê apenas US\$ 30 bilhões, em quatro anos, para os países mais vulneráveis à mudança climática. "Você quer penalizar Índia, China e Brasil?", continuou Miguez. "Essa é uma discussão perigosa."

Ele falava a 120 executivos que atuam ou querem atuar com projetos de geração e venda de créditos de carbono, ligados a empresas de consultoria, de energia, de telecomunicações, de usinas de álcool e açúcar. Os empresários buscam informações para prosseguir com suas decisões de investimentos depois que o acordo internacional não aconteceu em Copenhague. Enquanto a regulamentação não vem, observam os movimentos do chamado mercado voluntário, que corre em paralelo ao regido pelas regras do Protocolo de Kyoto. O preço do carbono caiu 10% depois da CoP-15, mas o mercado continua promissor, dizem os analistas. "O mercado continua crescendo muito, mesmo sem regulação", disse Divaldo Rezende, diretor executivo da Cantor CO2e Brasil. Ele deu os números: foram US\$ 60 bilhões em 2007 e o dobro deste valor no ano seguinte. Em 2009 o mercado cresceu pouco, movimentando US\$ 125 bilhões e, para este ano, as previsões falam em US\$ 170 bilhões. "Isso com todas as inseguranças nas regras e sem a entrada dos americanos", celebrou. Em 2020, quando os Estados Unidos entrarem no jogo, Rezende estima um horizonte de negócios globais de US\$ 3 trilhões.

O Brasil tem 5804 projetos de MDL, a sigla para Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, instrumento previsto no Protocolo de Kyoto pelo qual empresas que não conseguem cumprir sua meta em casa podem fazê-lo investindo em projetos de tecnologia limpa em países em desenvolvimento. China e Índia, com matrizes energéticas mais sujas, têm uma fatia maior deste bolo. Os projetos de MDL brasileiros significam redução anual de 47 milhões de toneladas de carbono nas

emissões de gases-estufa. A um preço médio de US\$ 10 a tonelada, são US\$ 476 milhões com a venda de créditos. "O carbono é nosso 17º produto de exportação", disse ele. Em 8 de abril, na BM&FBovespa, ocorrerá o primeiro leilão deste tipo de créditos.

Se o mercado anda, à revelia das indefinições do acordo internacional, a falta de clareza que a CoP-15 jogou no processo de negociação abre o tal cenário "perigoso", nas palavras de Miguez, a "própria Babilônia, com cada país com seu próprio sistema de regulação, onde ninguém se entende e prevalece a lei do mais forte." Ele identifica esse panorama com o cenário mais pessimista do IPCC, o painel científico da ONU. Para os cientistas, se os países não fizerem nada, a temperatura do planeta pode chegar a 6° C em 2100. Para Miguez, esse é o quadro do cenário de conflito, onde os países estão preocupados com o ambiente, mas mais angustiados com sua própria segurança energética para enfrentar invernos tão rigorosos quanto o deste ano, no hemisfério Norte. "Então é a Europa, os Estados Unidos, a China queimando carvão e a Terra virando Vênus", resume.

O conflito Norte-Sul nas negociações do clima, cada vez mais explícito, se sustenta em dois vetores opostos de pensamento. Para os industrializados, o futuro é o problema - então, as emissões das nações emergentes, em crescimento, têm que ser freadas. Para o lado de cá, o argumento é o passado. Foi a industrialização dos outros que causou o problema e a responsabilidade deles é maior que a dos emergentes. "E há o efeito acumulativo dos gases-estufa na atmosfera", reforçou. A maior parte do CO2 emitido permanece ali por 100 anos e 20% fica por 800 anos.

O físico José Goldemberg deu a visão da Ciência: as emissões mundiais continuam aumentando quase 2% ao ano e nesse ritmo chega-se a um aumento de 2° C na temperatura em 2050, o que é muito. Para o clima, disse, "não importa se quem emite é a China ou os Estados Unidos". Continuou: "Copenhague significou a perda das ilusões. É muita ingenuidade pensar que a China vai mudar sua trajetória de crescimento em base a decisões tomadas pelos outros."

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

